

1 **ATA DA 131ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDERURAL – 15/06/2016.**

2 **I. Introdução:** Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, tendo
3 por local a sala de reuniões da SAR, cito à Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, Florianópolis, SC,
4 reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, convocados para a reunião
5 ordinária através do Ofício Circular nº 011/2016/SAR/Cederural de 30 de maio de 2016, para deliberarem
6 sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Posse dos membros
7 do Conselho para os anos de 2016 e 2017; 3) Assinatura da Resolução 018/2016 que cria a Câmara
8 Setorial de Defesa Vegetal; 4) Discussão e aprovação do Programa de Incentivo ao Plantio de Milho; 5)
9 Discussão e aprovação do Programa de Incentivo à Cobertura de Pomares; 6) Assuntos Gerais. A
10 Secretária Executiva, Francieli Magri, ao verificar que havia quórum regimental, abriu a reunião ordinária
11 do Cederural, saudando os conselheiros e agradecendo a presença de todos. Solicitou a apresentação de
12 todos, uma vez que alguns conselheiros tiveram sua indicação recente. Estavam presentes Moacir
13 Sopelsa, presidente do Cederural, Hilário Gotselig, Athos de Almeida Lopes Filho e Audi Sebastião
14 Kemers, representantes da SAR, Isaac de Souza e Fabricio Stopassoli da Secretaria da Fazenda, Neivo
15 Luiz Panho, representante da OCESC, Alexandre Augusto Julio Gomes, representante da FETAESC, José
16 Pedrozo, representante da FAESC, Gabriela Ribeiro, representante da FATMA, Charles Lamb e Francys
17 Pacheco Luiz, representante do CEPAGRO, Maycon Rodrigo Baldessari, representante do PROCON, e,
18 Francieli Magri, secretária executiva do Cederural.

19 **II. Encaminhamento da reunião: Item 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.** Os
20 conselheiros receberam a ata por e-mail e não havendo necessidade de alterações, deu-se por
21 dispensada a leitura da ata anterior e a mesma foi aprovada sem ressalvas do Conselho.

22 **Item 2. Posse dos membros do Conselho para os anos de 2016 e 2017.** Francieli leu os nomes
23 indicados pelas entidades que foram recebidos até o momento. Representando a Secretaria do estado de
24 Agricultura e Pesca como titular Hilário Gotselig e suplente Hamilton Farias e também Athos de Almenda
25 Lopes Filho como titular e Audi Sebastião Kemers como suplente. Titular da Secretaria da fazenda Isaac
26 de Souza e suplente Fabrício Stopassoli. Da Secretaria de Estado da Educação Suzi de Castro Alves
27 como titular e Cesar Cancian Dalla Rosa como suplente. Como titular da Secretaria de Estado da Saúde
28 Leticia Teixeira e Helena Hoffmann como suplente. Do banco do Brasil Isael Rodrigo Kremer como titular e
29 Alexandre Jacobsen como suplente. Neivo Luiz Panho como titular da OCESC e Elisete Fátima Squena
30 como suplente. Representa como titular da FETAESC José Walter Dresch e suplente Adriano da Cunha.
31 José Zeferino Pedroso como titular da FAESC e Antonio Marcos Pagani de Souza como suplente. Como
32 titular da FATMA Diego H. Silva e Gabriela Casarin Ribeiro como suplente. Charles Onassis Peres Lamb
33 como titular do CEPAGRO e Francys Pacheco Luiz como suplente. Representando o MST como titular
34 Dilso Barcellos e Álvaro Santin como suplente. Maycon Rodrigo Baldessari como titular do PROCON e
35 Helio Gaidzinski como suplente. O MAPA, a FEPESEC e a FIESC ainda não enviaram oficialmente os
36 nomes dos representantes. O secretário Sopelsa agradeceu todos os presentes no Conselho que
37 representam as entidades. Declarou que a participação de todos os conselheiros é muito importante na
38 tomada de decisões. Saliu que os convites para as reuniões sejam sempre realizadas de forma
39 enfática por e-mail e telefonema para que se deixe claro a importância da participação de todos. Também
40 solicitou que em algum momento seja discutido no conselho a representatividade das entidades que não
41 se fazem presentes há um longo tempo podendo dar espaço para outra entidade que tenha interesse em
42 participar. Sopelsa deu novamente as boas vindas aos membros e salientou a importância da presença e
43 participação de todas as entidades nas discussões que ocorrem dentro do Cederural, uma vez que
44 grandes decisões sobre a política pública para a agricultura do estado são tomadas por este Conselho.
45 Desta forma, tomaram posse os novos conselheiros do Cederural. Francieli informou que foi questionada
46 pela Secretaria da Fazenda sobre a publicação de portaria com os nomes. Historicamente o Conselho
47 toma posse em reunião que fica documentado em ata e agora, após a reestruturação do site da secretaria
48 as atas do Cederural e das Câmaras Setoriais ficarão disponíveis para consulta no site. Hilário sugeriu que
49 fosse realizada consulta ao jurídico para saber da necessidade de publicação de portaria para nomeação,

50 a que Francieli disse já ter se informado com o jurídico e como no Regimento Interno do Cederural diz em
51 seu Art. 5º VI – Compete ao Presidente do Conselho dar posse aos representantes dos órgãos oficiais do
52 Conselho; a ata seria suficiente como documento para assegurar a posse. Sopelsa pediu para que esta
53 informação seja solicitada em forma de parecer jurídico e juntada na ata. Audi disse não ver problema em
54 os nomes serem publicados. Charles lembrou que a composição do Conselho só muda através de lei pela
55 Assembleia Legislativa e também falou que os nomes poderiam ser publicados.

56 **Item 3. Assinatura da Resolução 018/2016 que cria a Câmara Setorial de Defesa Vegetal.** Francieli
57 solicitou ao Secretário a assinatura da Resolução 018/2016 que cria a Câmara Setorial de Defesa Vegetal
58 que foi aprovada na reunião anterior. Essa resolução será publicada no Diário Oficial na próxima semana.

59 **4) Discussão e aprovação do Programa de Incentivo ao Plantio de Milho; 5) Discussão e aprovação**
60 **do Programa de Incentivo à Cobertura de Pomares. (Itens retirados de pauta).** Secretário falou sobre
61 a resolução existente que trata do seguro agrícola e em uma conversa com o governador acham mais
62 eficiente subsidiar os juros para cobertura do que o seguro dos produtores. A cobertura de um pomar pode
63 durar de 12 a 15 anos, desta forma os recursos seriam melhor investidos. Esse ano não tem recurso para
64 pagar seguro e o governador pediu que se criasse um programa novo para não precisar pagar seguro.
65 Sopelsa solicitou que fosse tirado de pauta para ter mais uma conversa com governador e ter esse
66 assunto muito bem definido antes de criar a resolução. De acordo com o secretário, os produtores também
67 entendem que o custeio dos juros para investimento em cobertura é melhor que pagar o seguro. Francieli
68 informou que em conversa por telefone com o conselheiro Isael Kremer, minutos antes da reunião, foi
69 informada que há um item no Plano Safra que trata da cobertura de pomares com juros de 2,5% a.a, com
70 limite de R\$ 165.000,00 e pagamento em até 10 anos. Pedrozo sugeriu que quem não contrair
71 financiamento para cobertura continue participando do programa de seguro. Porém, de acordo com
72 Sopelsa, o futuro do programa de seguro é incerto e ainda precisará ser avaliado e definido pelo governo
73 do estado. Neivo disse que essa uma demanda antiga que vai garantir renda e permanência dos
74 produtores no campo, o que é muito melhor que subsidiar o seguro. Audi disse que no caso de pomar
75 coberto não será necessário seguro para granizo e geada fora de época. Hilário afirmou que o seguro
76 garante perda e o estado deve evitar a perda de produção sendo que o subsídio dos juros para cobertura
77 vem de encontro aos interesses do estado. Sobre o milho, as cooperativas estão assumindo com os
78 associados o pagamento de R\$ 38,00/saca e o governo está subsidiando R\$ 1,00 pelo ICM no crédito
79 presumido. Sendo assim, essa decisão não precisa passar pela Secretaria de Agricultura. Caso seja
80 necessário passar pela aprovação do conselho, será assunto na próxima pauta.

81 **Item 5. Assuntos Gerais. a) Câmaras Setoriais.** Francieli falou novamente sobre a intenção de reativar
82 as Câmaras Setoriais, pois são elas que dão apoio e assessoramento ao desenvolvimento do Conselho.
83 Disse que esteve na rádio da Epagri promovendo o Cederural e as Câmaras Setoriais. Informou que vai
84 enviar às entidades que fazem parte do Conselho e que possuem representação nas câmaras, ofício
85 listando quais são as câmaras e solicitando representação. Salientou que a FATMA já entregou ofício com
86 nomeação dos representantes da entidade nas Câmaras Setoriais. **b) Apresentação dos dados do**
87 **Crédito Fundiário.** Hilário apresentou os resultados alcançados pelo programa no Estado. Informou que o
88 Conselho passou autoridade para a Câmara Fundiária apenas para aprovação dos projetos que são na
89 média de 35 a 40 por mês e o Comitê da Câmara Fundiária decide sobre a aprovação. A Apresentação
90 com todos os dados será encaminhada por e-mail juntamente com esta ata. A apresentação também foi
91 exibida à CPI do INCRA e da FUNAI. A pesquisa foi realizada pelo CEPA, buscando identificar o público,
92 dificuldades e vantagens, avaliar expectativas do público e efeitos econômicos, sociais e ambientais do
93 programa. Foram financiados 14.546 projetos, com uma área adquirida de 178.631 ha, valor financiado de
94 R\$ 570.500.42,00 e uma média de 12,258 ha/família. 55,80% eram arrendatários antes de adentrar no
95 Programa com uma média de 36 anos de idade. Quanto ao grau de instrução, 54,90% possuem 1º grau
96 incompleto e 1,40% possui 3º grau completo, fator importante, uma vez que são filhos de agricultores que
97 saem para estudar e permanecem no campo. A renda média das famílias antes da aquisição do programa
98 ficava em R\$ 22.059,72 e após a participação saltou para R\$ 85.020,43. As principais atividades que

99 cresceram foram o leite e aves. 95,6% dos beneficiários afirmam que a renda familiar aumentou e que a
100 principal dificuldade encontrada é a falta de recurso para investir. **c) Plano ABC.** Francieli convidou as
101 entidades presentes no Conselho para participar da elaboração do Plano ABC. Falou das dificuldades
102 encontradas para compor o Comitê Gestor do Plano ABC e informou que SC é um dos 4 estados que
103 estão sem o Plano elaborado. Esclareceu aos presentes que será realizada mais uma reunião, com
104 representante do Plano ABC federal, para definir as entidades que farão parte do Comitê Gestor e a partir
105 de então, elaborar o Plano ABC Estadual.
106 **III. Encerramento:** Tendo sido esgotada a pauta proposta, a secretária executiva, Francieli Magri,
107 agradeceu a presença de todos os conselheiros, pelo empenho e colaboração na reunião. Em não
108 havendo mais manifestações, eu, Francieli Magri, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será
109 assinada, por este, pelo presidente e membros do Cederural. Florianópolis, 20 de junho de 2016.

Francieli Magri
Secretária Executiva do Cederural